

Voa canarinho, voa! Reflexões históricas e teóricas sobre o futebol e a identidade nacional no contexto das lutas democráticas contra o regime militar no Brasil (1974-1985)

Denaldo Alchorne de Souza¹

O futebol se tornou um dado cultural de expressão nacional não apenas por ser o mais praticado, mas principalmente porque uma série de representações sobre a nação e o povo brasileiro se legitima a partir deste esporte. Durante uma Copa do Mundo, vive-se a experiência da identificação nacional, da qual poucas pessoas conseguem escapar. O Estado brasileiro não ficou passivo diante do futebol. Desde o início do século XX, os governantes procuraram canalizar esta forma de expressão popular para os seus projetos político-ideológicos (PEREIRA, 2000). Durante o Estado Novo, intervir e controlar tal prática esportiva passou a ser uma das prioridades dos grupos que ocupavam o poder (SOUZA, 2008). Em 1950, a inauguração do Maracanã estava inserida num projeto político que procurava construir uma imagem do Brasil como país empreendedor, vitorioso e bem-sucedido (MOURA, 1998). Em 1958, Juscelino Kubitschek participou ativamente das homenagens prestadas aos jogadores campeões mundiais. Festividades semelhantes ocorreram com João Goulart em 1962 e Emílio Garrastazu Médici em 1970 quando as equipes nacionais ganharam o bi e o tricampeonato mundial respectivamente (SOUZA, 2011). Nos anos seguintes esta intercessão entre prática futebolística e interesses políticos se manteve.

Porém, o que importa neste momento é definir que o atual estudo ainda em andamento pretende, num primeiro eixo de análise, compreender como o futebol foi utilizado simbolicamente por diferentes atores sociais – com destaque para o Estado, a grande imprensa comercial e os trabalhadores – na construção da identidade nacional no Brasil no contexto das lutas democráticas contra o regime militar, ocorridas durante os governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e de João Figueiredo (1979-1985).

Compreendo por luta democrática a luta política empreendida por amplos setores da sociedade brasileira nas décadas de 1970 e 1980, mais especificamente entre 1974 e 1985. Neste período temos uma conjuntura e um processo de luta política fortemente marcada por dois pólos: de um lado o projeto de abertura política do

¹ A atual comunicação é originária de pesquisa de pós-doutorado em História (USP), ainda em andamento.

governo; de outro, a atuação de um movimento político de oposição, reunindo amplos setores da sociedade e com forte presença dos partidos e organizações que procurava alargar e implodir os limites do projeto de “abertura” oficial (ARAÚJO, 2000).

A posse do presidente Ernesto Geisel, em março de 1974, marcou uma nova etapa na história do regime militar brasileiro. O presidente empossado acenava para a sociedade um projeto de abertura política gradual e controlada como resposta a questões e conflitos internos, mas também se antecipava ao novo cenário da economia mundial a partir do primeiro choque do petróleo em 1973. Assim, a abertura seria sustentada pela implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que se caracterizaria por uma retomada da substituição de importações, principalmente de matérias-primas básicas e de bens de capital.²

No plano político, a abertura controlada pelo regime militar funcionaria como uma forma de ampliar a participação das elites econômicas e políticas do país que, naquele momento não se viam mais representadas pela ditadura. O objetivo seria garantir uma institucionalização elitista que excluísse os setores populares e as oposições políticas consideradas mais radicais, consolidando assim um processo de “abertura lenta, gradual e segura”.

As eleições parlamentares de 15 de novembro de 1974, quando o partido de oposição MDB conseguiu uma ampla vitória eleitoral, causou uma inflexão no projeto inicialmente acalentado pelos grupos que estavam no poder. Para muitos autores, a partir deste momento o governo ampliou a sua ação e adotou uma postura ainda mais intervencionista na cultura como uma estratégia que buscava consolidar novas bases de apoio político.³

Seja como for, a relação do campo político com o *campo esportivo*⁴ após as eleições do dia 15 de novembro mudou bruscamente. Seis dias depois, 21 de novembro,

² A questão colocada por diversos autores sobre as relações entre abertura política e crise do modelo econômico precisa ser analisada com cuidado. Em fins de 1973, quando se consolidava a opção pelo General Ernesto Geisel à sucessão de Médici, a crise ainda não era um dado presente, e o Brasil apresentava índices de crescimento superiores a 10% ao ano. Portanto é mais sensato considerar que o governo Geisel se antecipou a uma iminente crise econômica, do que afirmar que a mudança política foi uma resposta interna à crise mundial (SILVA, 2003, p. 254).

³ Renato Ortiz considera que, além dessa justificativa, também se pode afirmar que a ampliação da ação do governo na esfera cultural se deveu a implementação de algumas políticas de distribuição indireta, originadas do próprio otimismo econômico do II PND. (ORTIZ, 2006, p. 87).

⁴ Entendo o conceito de *campo* conforme foi desenvolvido por Pierre Bourdieu, que consiste num espaço onde se trava uma luta concorrencial entre atores em função de interesses específicos à área em questão (1990).

o ministro Nei Braga convocou o presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), João Havelange, para uma reunião na qual ficou decidido que ele deixaria o cargo e convocaria novas eleições para a presidência da entidade.⁵ O ministro indicou o nome do almirante Heleno Nunes, antigo dirigente da CBD e então presidente da ARENA do estado do Rio de Janeiro. A indicação foi prontamente acatada por Havelange. Concretizava-se, desta forma, uma nova investida dos governos militares no *campo esportivo*. Um processo que se iniciou ainda em 1964 e passou a fazer parte de uma perspectiva mais organizada depois do fracasso da seleção brasileira na Copa de 1966. Daí em diante, a participação de militares em cargos importantes da área esportiva cresceu significativamente, até a sua consolidação em 1975 com a “eleição” do almirante Heleno Nunes como presidente da CBD (SOUZA, 2011). Porém, era uma intervenção “envergonhada”, aliás, como tudo o que o regime militar fez. Procurou-se manter a aparência da legalidade e da legitimidade eleitoral.

Com a sua reeleição em janeiro de 1976, para o triênio 1976/78, tornou-se evidente a manipulação política dos esportes e, particularmente, do campeonato brasileiro de futebol. Fazendo jus a uma frase atribuída a Nunes, que teria dito que a ampliação constante do campeonato atendia à diretriz “Onde a ARENA vai mal, um time no Nacional”, o certame de 1976 iniciou com 54 equipes. Não podemos esquecer que na edição de 1971, o evento contava com apenas 20 clubes. Esse número aumentou em 1977 para 62 participantes. Mas qualquer prognóstico seria superado nos campeonatos de 1978 e 1979. No primeiro, quando se organizavam importantes eleições gerais no país, e quando a ARENA apregoava sua condição de “Maior partido do Ocidente”, contou com a presença de 74 times. No ano seguinte, o campeonato bateu a marca anterior e foi disputado por 94 equipes.

Se a gestão de Heleno Nunes pode ser caracterizada pelo extremo centralismo e pelo uso das estruturas desportivas para servir a finalidades políticas, tais características também podem ser identificadas na organização do selecionado nacional que disputou a Copa do Mundo na Argentina em 1978. Como técnico da seleção brasileira, Nunes fez a opção pelo capitão Cláudio Coutinho, antigo preparador físico e

⁵ Era uma eleição para um cargo considerado “tampão”, isto é, para complementar o tempo que ainda restava da última gestão. O novo mandatário administraria a CBD de janeiro de 1975 a janeiro de 1976.

supervisor na Copa de 1970. A presença de militares na delegação foi significativa.⁶ No final, a equipe terminou a competição invicta, mas em terceiro lugar, e se autoproclamou “campeã moral” da Copa do Mundo. Um consolo bem pequeno para a torcida brasileira.

Como de costume dentro do *campo esportivo* brasileiro, as críticas ficaram mais contundentes perante o fracasso na Copa do Mundo. A intervenção direta do governo federal na CBD não estava atingindo os resultados esportivos almejados. Ao contrário, ampliava o descrédito do torcedor brasileiro com a capacidade dos dirigentes de administrar o futebol e o capital simbólico adquirido com os três campeonatos mundiais.

A derrota na Copa da Argentina e as críticas recebidas era um prenúncio do que estava por vir. As reformas políticas ocorridas no final do Governo Geisel, consolidadas na *Emenda Constitucional* de 1978 que revogava os atos discricionários e restabeleciam eleições locais; a posse do último presidente militar, o general João Batista Figueiredo e de seu ministro da Educação Eduardo Portela; a anistia política e a alteração da legislação partidária; e, especialmente, a constituição de uma ampla frente de lutas pelas liberdades democráticas, impedindo que o processo de abertura fosse controlado pelo regime militar; possibilitaram também mudar as relações de força que permaneciam no *campo esportivo*.

Em 1979, o ministro Eduardo Portela indicou o nome do empresário Giulite Coutinho, para a presidência do Conselho Nacional de Desportos (CND). Em setembro foi criada a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). E completando o processo de transformação, em janeiro de 1980, foi eleito o mesmo Giulite Coutinho para a presidência da CBF. A participação de Heleno Nunes à frente da CBD acabou de forma melancólica. Entretanto não se pode negar que o seu período de gestão representou o ápice de um processo de intervenção dos governos militares no *campo esportivo*.

A gestão seguinte, a de Giulite Coutinho, não foi isenta de problemas, muito pelo contrário. Porém, novos ventos sopravam. A sociedade estava se organizando em torno das lutas pela redemocratização do país: o MDB ampliava suas bases eleitorais; setores progressistas da Igreja Católica se organizaram nas CEBs; os estudantes

⁶ Na delegação brasileira, estavam presentes os aliados civis do almirante Heleno Nunes e muitos militares, como coronel Carlos Alberto Cavalheiro, comandante Jairo dos Santos, major Cléber Camerino, tenente Raul Carlesso e, claro, o capitão Cláudio Coutinho e o próprio almirante Heleno Nunes. Além disso, as intervenções do almirante na preparação e na escalação do selecionado eram constantes.

voltaram às ruas; profissionais liberais se declararam opositores ao regime militar; a campanha pela anistia ganhou força; os sindicalizados retornaram ao cenário político com as grandes greves de 1978, 1979 e 1980; o movimento das “Diretas Já” adquiriu contornos nacionais e Tancredo Neves foi eleito indiretamente presidente da República no início de 1985 (ARAÚJO, 2000).

No *campo esportivo*, novas experiências foram desenvolvidas. No Rio de Janeiro, foi criada, em 1977, a Associação Profissional dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (APAF), que teve como seu primeiro presidente o jogador Zé Mário. Somente em 1979 o Ministério do Trabalho reconheceu a APAF como sindicato, se tornando o núcleo original do Sindicato de Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (SAFERJ). Era uma época em que os atletas estavam se organizando para lutar por direitos profissionais e o clímax aconteceu quando o jogador Afonsinho, depois de várias batalhas jurídicas contra o Botafogo, conquistou o passe livre. O craque foi boicotado pelos clubes de maior investimento e acabou indo jogar no Olaria. Já em São Paulo, o Corinthians criou a sua “Democracia” depois da queda do presidente Vicente Matheus. A Democracia Corintiana consistiu na aplicação, entre 1982 e 1985, de uma espécie de autogestão, onde jogadores, comissão técnica e diretoria passaram a decidir, no voto, tudo o que fosse de interesse para o clube: contratações, demissões, escalação da equipe, data e local de concentração e outras coisas que, antes, cabiam somente aos dirigentes. Como resultado, conquistaram os títulos paulistas de 1982 e 1983 (FLORENZANO, 2009).

Na Copa do Mundo de 1982, os princípios que nortearam a seleção do tricampeonato continuaram predominantes. O técnico Telê Santana reuniu uma equipe de craques para repetir o sucesso de 1970 adotando o discurso do “futebol-arte”. Porém, aqui tem uma mudança. Além da arte e da brasilidade, surgiu uma noção de “ética”. A seleção jogava para ganhar, mas a vitória precisava ser ética e honesta. Tinha que jogar com *fair-play*. Na Copa, após impressionar os torcedores e a imprensa nos quatro primeiros jogos, os brasileiros perderam para os italianos no dia 5 de julho. Depois da derrota, a revista *Placar* escreveu que: “Se os campeões, afinal, não são os morais, e sim os de fato [...], não é menos verdade que, no futebol, há os times que ficam”.⁷ Segundo a revista, equipes como a brasileira tendiam a ficar na memória dos torcedores porque haviam mostrado para o mundo do futebol como deveria proceder: sempre com “arte” e com muito *fair-play*.

⁷Revista *Placar*. São Paulo, de 9 de julho de 1982.

O Estado se mantinha próximo aos acontecimentos. Se a intervenção não era tão ostensiva como no tempo do almirante Heleno Nunes; o atual presidente da CBF, Giulite Coutinho, era amigo pessoal do presidente João Figueiredo. O campeonato brasileiro continuava com um número excessivo de clubes (44), agradando aos políticos de diversas regiões do país. A seleção brasileira mantinha os constantes apoios financeiros por parte do Ministério da Educação. E, se ganhasse a Copa do Mundo, já havia um esquema pronto para receber a equipe vitoriosa em Brasília. “O presidente Figueiredo receberia os jogadores no parlatório, no Palácio do Planalto, em frente a uma esperada multidão”.⁸

Mas, se o futebol “é utilizado, num determinado momento histórico, por um presidente da República, apropriando-se de uma vitória esportiva e servindo-se dela como o significante, através do qual transmite mensagens ideológicas, é também utilizado por um grupo de operários e trabalhadores de classe baixa, para tentar demarcar seus próprios limites” (GUEDES, 1977, p. 163).

Na verdade, estamos falando de hegemonia. De forma mais precisa: da construção da hegemonia verde-amarela através do futebol. Entendo o conceito gramsciano de hegemonia seguindo a interpretação de Edward P. Thompson. Para o autor, a hegemonia pode definir os limites do que é possível, porém, este processo não é determinado e nem automático. Para prevalecer, ela tem que ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Mas, também pode sofrer resistências continuadas, limitadas ou alteradas. Até quando a hegemonia é imposta com sucesso, não impõe uma visão abrangente da vida. Ao contrário, ela impõe limitações que impedem a visão em certas direções, embora a deixem livre em outras (1998, p. 79).

Assim, a hegemonia pode coexistir com uma vigorosa cultura popular, derivada de experiências e recursos próprios. No interior e por baixo da hegemonia das classes dominantes, há um sem-número de contextos e situações em que homens e mulheres, ao se confrontarem com as necessidades de sua existência, trabalham a experiência vivida através de cultura e valores próprios, intrínsecos ao seu modo de vida. Por longos períodos, os antagonismos podem ser desarticulados e inibidos. No entanto, em alguns momentos, a cultura e os valores dessas comunidades podem opor-se ao sistema de dominação e controle, constituindo numa ameaça sempre presente às

⁸ *Jornal do Brasil*, 7 de julho de 1982, Esportes, p. 2.

descrições oficiais da realidade.⁹ Portanto, a metáfora predominante aqui é a do “campo de força”, de diversos grupos sociais disputando visões de mundo antagônicas, mas também se influenciando mutuamente (THOMPSON, 1998, p. 84).

No Brasil, o futebol se consolidou como um dos principais objetos de disputas simbólicas visando à construção da identidade nacional. Deste “campo de força”, participaram diversos atores sociais que tinham representações distintas da nação que se pretendia construir. Entre eles se destacavam o Estado, a grande imprensa comercial e os trabalhadores.

O Estado teve um papel preponderante no emprego do futebol em seus projetos político-ideológicos. Porém, aqui, o Estado, seja durante o Governo Geisel ou durante o Governo Figueiredo, não é visto como o detentor do poder de controlar os corpos e mentes das pessoas. E os trabalhadores não são vistos como massa, com valor negativo, sem poder de organização, de representação e de influência, como seres facilmente manipulados pelos líderes populistas e ditatoriais e enganados por qualquer falsa promessa. Ao contrário, o que se procura demonstrar é que o Estado, em alguns momentos, precisava dialogar com diferentes setores da sociedade para conseguir governar com um mínimo de eficiência.

Portanto, essa hegemonia verde-amarela, construída através do futebol, não foi uma edificação feita somente pelo Estado e a partir de cima. Outros atores sociais também participaram de sua elaboração, entre eles: a grande imprensa comercial. Produzindo material sobre diversas temáticas ligadas ao futebol, amplamente divulgado pelas revistas, jornais, estações de rádio ou televisão, a imprensa esportiva é parte fundamental do fenômeno em todo o mundo. Se a imprensa esportiva cria seu público, ela não faz por um ato aleatório, mas catalisando os temas discutidos na sociedade. No

⁹ Para Thompson, a relação assimétrica de poder entre os diferentes grupos sociais – dominantes e dominados – dizia respeito à questão da hegemonia cultural. Isto permitiu ao autor estabelecer uma crítica aos intelectuais marxistas e estruturalistas que superestimavam a capacidade das elites de impor uma hegemonia cultural aos de “baixo” e, consequentemente, duvidavam da capacidade destes últimos agirem como “classe”, limitando e até mesmo reformulando as imposições culturais vindas de “cima”. Esta crítica se estendia ao próprio Antonio Gramsci, que, ao elaborar o conceito de hegemonia, atribuiu um papel fundamental ao intelectual orgânico na articulação entre a infra e a superestrutura, que ganhava uma formatação política ao designar um bloco histórico, formado por classes distintas e/ou frações destas. A liderança moral e intelectual desta aliança caberia aos intelectuais orgânicos. Segundo o autor: “Não posso aceitar a visão, popular em alguns círculos estruturalistas e marxistas na Europa Ocidental, de que a hegemonia impõe uma dominação abrangente aos governados – ou a todos que não são intelectuais – chegando até o próprio limiar de sua experiência, e implantando, em suas mentes, no momento do nascimento, categorias de subordinação, das quais eles são incapazes de se livrar e que sua experiência não é capaz de corrigir” (1998, p. 79).

Brasil, pode-se dizer que produzem os discursos que são reinterpretados ou reproduzidos em diferentes setores na sociedade. Os jornalistas esportivos operam decisivamente na mediação entre o público e o espetáculo, descrevendo eventos, fornecendo perspectivas de análise, colocando em foco determinados aspectos e obscurecendo outros, estabelecendo correlações e distinções. Neste processo, o ponto de partida é o acontecimento esportivo, o gol, a vitória; mas que, de modo algum, limita-se a este domínio social. Na verdade, os esportes são formas de recuperar, através de eventos e atores, questões que, de modo mais ou menos consciente, estão colocadas na sociedade brasileira.

E o que podemos constatar, ao analisarmos os discursos elaborados pelo Estado e pela grande imprensa comercial, é que apesar de construírem visões de “Brasil” e de “povo brasileiro” múltiplas viam a disciplina como uma contribuição positiva dos esportes para a consolidação da nação brasileira.

Mas o quadro deste estudo não estaria completo se não contássemos com a participação dos torcedores das classes populares, das pessoas humildes, dos trabalhadores em geral que tinham concepções diversas sobre nação e identidade nacional, mas, nem por isso, menos importantes. Para Eric Hobsbawm, as nações são fenômenos duais, “construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem serem analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas” (1990, p. 20).

Porém, que fontes utilizar para dar voz às pessoas comuns? Uma estratégia possível estaria no estudo dos mitos populares daquele período, procurando saber o que eles representavam para determinados grupos sociais. O mundo moderno está repleto de mitos. Existem mitos ligados à política, ao cinema, à música e aos esportes. Mas para que alguém seja considerado mito é necessário que as pessoas acreditem em sua força. Estabelece-se, assim, uma relação onde o mito passa a ser compartilhado pelo imaginário de um grupo a partir de uma construção de um sentido comum. Para Alessandro Portelli, “o mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual, transformando-o na formalização simbólica e narrativa das representações partilhadas por uma cultura” (1998, p. 120, 121).

Portanto, nada mais legítimo do que procurarmos nos esportes e,

particularmente, no futebol os mitos populares construídos pelos próprios trabalhadores. Priorizo a construção de dois mitos que, devido à excepcionalidade, à predestinação, à identificação e à provação, tornaram jogadores-símbolo de uma geração, numa espécie de síntese das diversas representações de identidade nacional que se confrontavam e coexistiam num mesmo contexto. Estamos falando dos mitos de Zico e de Sócrates. A importância do estudo desses dois mitos não está somente na constatação da habilidade com a bola no pé ou devido os inúmeros títulos conquistados pelo Flamengo, Corinthians ou seleção brasileira. Está sim, na postura que ambos tiveram com contexto político em que viveram.

Desde cedo, Arthur Antunes Coimbra, o Zico, foi um atuante defensor da organização dos jogadores de futebol profissional. Ajudou a fundar Associação Profissional dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (APAF) e chegou a ser presidente do Sindicato de Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (SAFERJ) na década de 1980. Em defesa da organização sindical dos atletas, escreveu artigos para diversos jornais, inclusive para o Hora do Povo, do MR-8. Em 1982, Zico afirmava que era amigo de Miro Teixeira (PMDB), que apoiava a abertura política em andamento, que o brasileiro estava plenamente preparado para votar e defendia que ocorresse logo a eleição direta para presidente da República.¹⁰

Já Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira notabilizou-se por sua militância política quando liderou, juntamente com Wladimir, o movimento conhecido como Democracia Corinthiana, onde tudo era votado entre seus iguais, e todos com o mesmo peso no voto. Quando o movimento pelas “Diretas Já” surgiu em 1983 e 1984, Sócrates era uma das figuras de maior destaque, participando ativamente de diversos comícios. Nas entrevistas, sempre procurava articular suas atividades com a nova situação política do país. As repercussões no meio esportivo e na sociedade em geral foram consideráveis. Por tudo isso, Sócrates se tornou o maior símbolo futebolístico destas experiências, consolidando uma imagem de jogador com perfil mais engajado politicamente.

O conhecimento dos mitos de Zico e Sócrates e da repercussão perante a sociedade nos permite argumentar que grande parte dos trabalhadores viam negativamente a associação da identidade nacional com uma ordem calcada na noção da disciplina, preferindo apreciar aspectos do futebol e da sociedade brasileira que

¹⁰Revista *Veja*, 17 de março de 1982, p. 76.

afirmavam noções como o prazer, o lúdico, a solidariedade, além da possibilidade da construção de uma cidadania plena (direitos civis, políticos e sociais).

O estudo desses mitos se torna ainda mais interessante quando comparamos com os mitos de outras gerações, como os de Leônidas da Silva e Domingos da Guia nas décadas de 1930 e 1940; os de Pelé e Garrincha entre o final da década de 1950 e o início da década de 1970; e os de Romário e Ronaldo nas décadas de 1990 e 2000. O que podemos constatar é que as tradicionais categorias de “apolíneo” e de “dionisíaco”, consagradas por Gilberto Freyre (1947) e utilizadas por dezenas de pesquisadores para caracterizarem os mitos/jogadores das outras gerações, não surtem o mesmo efeito quando aplicadas aos mitos de Zico e de Sócrates. Em outras palavras, é simplista e reducionista a caracterização do mito de Zico como “apolíneo” e a de Sócrates como “dionisíaco”, ou vice-versa.

Assim, num segundo eixo de análise, a atual pesquisa também procura fazer uma reflexão mais aprofundada sobre os referenciais teóricos clássicos, com destaque para Gilberto Freyre e Mario Rodrigues Filho, e as categorias utilizadas em suas análises, visando a elaboração de categorias mais pertinentes para apreensão das contradições do futebol e da sociedade brasileira do período.

Tais observações nos levam a constatar que a fase da reabertura política carrega provavelmente uma atipicidade e uma descontinuidade em relação às épocas anteriores e posteriores no que se refere à construção da identidade nacional. Daí, a relevância de seu estudo.

BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: novas esquerdas no Brasil e no mundo da década de 1970*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 207-220.

FLORENZANO, José Paulo. *A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2009.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: RODRIGUES FILHO, Mario. *O negro no foot-ball brasileiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1947, p. III-VII.

GUEDES, Simoni Lahud. *O futebol brasileiro: instituição zero*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 1977.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MOURA, Gisella de Araújo. *O Rio corre para o Maracanã*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: EdFGV, 2006, p. 103-130.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 4, p. 243-282.

SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. *Pra frente Brasil: Identidade nacional e futebol: enquadramento, silêncio, resistência (1950-1983)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC-SP, 2011.

THOMPSON, Edward P.. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.